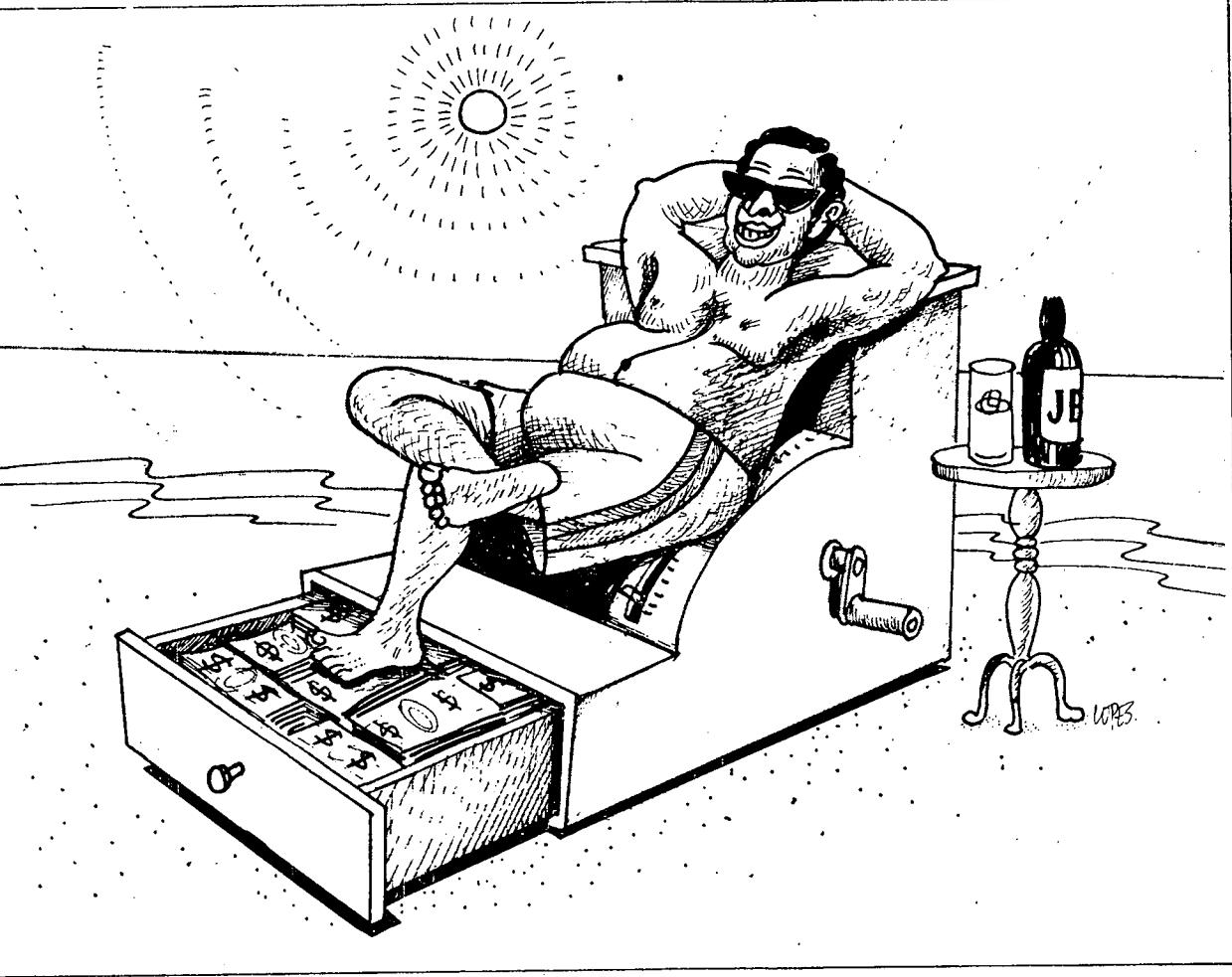


# Jetons: a ausência mais bem remunerada do mundo

Há quem ache que os parlamentares ausentes não deveriam receber. O debate sobre o tema está aberto



RUY FABIANO  
Da Editoria de Política

O tema não é novo: o ócio remunerado dos parlamentares e dos servidores públicos do primeiro escalão. Ele voltou à tona, levantado, há dias, pelo presidente do Senado, José Fragelli. Preocupava-o a ausência de senadores nas sessões, o que sobrecarrega a pauta de votações e expõe a instituição ao desgaste da opinião pública.

Ele certamente imaginou que estaria inovando, ao procurar os microfones e as câmeras de rádio e TV e ameaçar: "Os jetons serão cortados". Jeton é uma gratificação extra, que deveria ser paga somente aos que comparecem às sessões plenárias. Não é. Todos a recebem, estando em plenário, em casa ou na praia. Fragelli não supôs que estaria mexendo num vespeiro. Seu colega Ulysses Guimarães, presidente da Câmara pela segunda vez — portanto mais experiente —, fingiu ignorar enquanto pôde o discurso de Fragelli. Ambos, porém, chegaram a uma conclusão comum — pelo menos é a que vigora até aqui: nada a fazer. Nada mesmo?

O debate está aberto. E não se restringe à esfera do Legislativo. Alcança também o Executivo, onde é comum a semana de três dias para os ministros. Há argumentos de defesa. Um deles: o parlamentar e o ministro estarão exercendo sua função onde quer que estejam. Se estão nos Estados, estão ocupados no indefectível "contato com as bases". Se estão no exterior, estão "em missão oficial". Se estão em casa, estão "examinando processos ou projetos".

É possível. O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, escolheu um local bastante bucólico para "contatar com as bases". Sua fazenda, na cidade mineira de Três Pontas. Cercado de vacas, bois e bezerros, ele, que deixou Brasília há mais de duas semanas, avisa: não tem prazo para voltar. O Ministério está entregue à gestão do Secretário-geral. A desprópriação do Ministro é procedente. Ausente ou presente, seu salário estará preservado — ao contrário do que ocorre com os demais servidores públicos.

## MORDOMIAS

A questão dos salários, contudo, é apenas, como se diz, a ponta do iceberg. Afinal, os salários, com todas as vantagens, não chegam a ser expressivos. Um ministro de Estado — incluída a representação da função — recebe, bruto, Cr\$ 11 milhões, 526 mil. Líquidos: Cr\$ 8 milhões, 924 mil. O senador recebe um pouco mais: Cr\$ 13 milhões.

Aluizio e Fragelli não são políticos ingênuos ou inexperientes. Sabiam das reações que seriam despertadas. Não imaginavam, po-

**O** deputado Hélio Duque (PMDB-PR) faz parte do grupo que defende o corte dos jetons. Ele é intransigente: "não há o que discutir: o jeton é uma gratificação por comparecimento ao plenário. Quem está ausente não pode recebê-lo. Esta é a lei. O resto tem outro nome".

sidade de reequipamento do Exército. Estaremos, pois, ausentes do plenário três dias. A seguir, de 28 a 30 de agosto, faremos idêntica visita às instalações do comando do 1º Distrito Naval, no Rio. Pergunto: não estamos exercendo, na plenitude, nossa função parlamentar?"

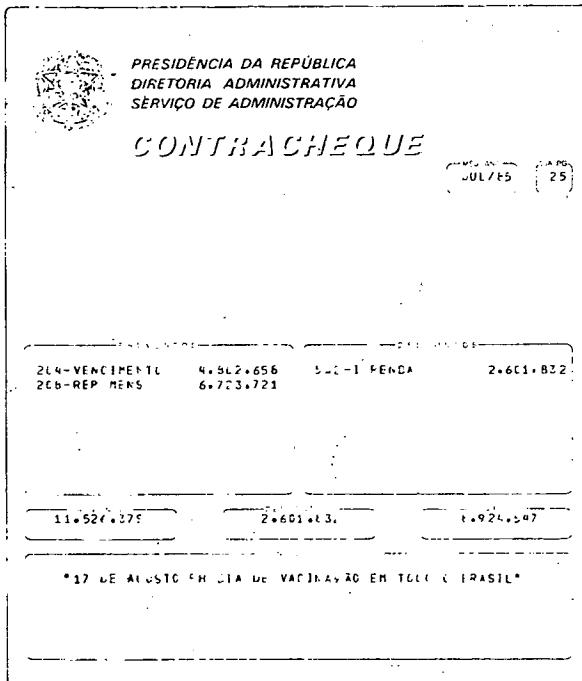
De fato. Mas os jetons são um artifício criado para movimentar as sessões plenárias. Odacir discorda. Acha que o que há são as "sessões legislativas — das quais a reunião plenária é apenas uma das atividades". E prossegue: "O plenário é apenas o terminal dos projetos de lei e de emenda constitucional. As comissões técnicas, as especiais e as mistas são ramificações dessa reunião plenária. Elas se reúnem, freqüentemente, no mesmo horário das sessões plenárias. Portanto, não estar no plenário não é sinônimo de gazeta".

É possível. Mas há abundantes casos de parlamentares ausentes de Brasília — alguns mesmo no exterior —, que mesmo assim recebem tudo a que teriam direito se fossem assíduos. Odacir contra-ataca: "O parlamentar só vai ao exterior com licença da casa. Portanto, é fácil saber se está em missão ou em turismo. Quanto a viagem pelos Estados, ela se justifica pela necessidade de contato com as bases. O Congresso é integrado pelos partidos políticos. Não há outro meio de um cidadão tornar-se membro do Poder Legislativo senão através de um partido político. Portanto, partido e Congresso são um mesmo organismo. Ora, os compromissos de natureza partidária não podem ser arrolados como vadiagem. E há mais: muitas vezes, somos convidados a participar de seminários, conferências, palestras e entrevistas por todo o País. Vamos na condição de parlamentar, representando o partido e a instituição. Estamos, pois, a serviço".

Tudo bem. Nesse caso, porém, o jeton deveria mudar de nome. E deveria surgir uma fórmula para fiscalizar o que de fato o parlamentar está fazendo: se está com as bases ou, simplesmente, naquela base. O deputado Hélio Duque (PMDB-PR) é mais intransigente: "Não há o que discutir: o jeton é uma gratificação por comparecimento ao plenário. Quem está ausente não pode recebê-lo. Esta é a lei. O resto tem outro nome". Não é só: há um artigo da Constituição que simplesmente cassa o mandato do senador ou deputado que falte a mais de um terço das sessões ordinárias. Se aplicado ortodoxamente, cassaria mais gente que todos os generais-presidentes da Velha República".

CARGO	SENADOR	SENADOR	DENOMINAÇÃO
81.	SUBSÍDIO FIXO	CL	2.704.258
821.	SUBSÍDIO VARIÁVEL	99	3.369.233
C97.	DÍRIAS DE COMP. SESSÕES	01	7.749.183
509.	GR. ERAS. UNI. INT. PARL. CONT	99	27.842
607.	TAXA DE LUZ SF	01	364.748
611.	TAXA TELEFONE SF	01	174.559
717.	ASS. INTERPARL. DE TURISMO	99	27.042
987.	IPC CONTRIBUIÇÃO	CL	1.382.267
MENSAL			
VALOR			
13.822.674			
1.975.658			
11.847.816			

Os salários dos ministros e senadores não chegam a ser expressivos. O que os torna mais atraentes são os ganhos indiretos, ou mordomias.



**O** senador Odacir Soares (PDS-RO) afirma que as sessões plenárias são apenas uma das atividades dos parlamentares. Eles também participam de comissões, que muitas vezes se reúnem no mesmo horário das sessões. Para o senador, portanto, não ir ao plenário não significa 'fazer gazeta'.